



Propostas de resolução das atividades do manual

Volume 2

Unidade 5

Página 4

O termo estética foi introduzido por Baumgarten e inicialmente significava o estudo filosófico da beleza e do juízo do gosto. Com Hegel, o termo passou a significar o mesmo que filosofia da arte. No século xx, o termo passou a designar não só os juízos sobre o belo e a arte, mas também as propriedades estéticas, as atitudes e os valores estéticos.

Página 7

1. Para Kant, o juízo estético é subjetivo, pois depende do sentimento do belo e não de propriedades objetivas que pertençam às obras de arte.
2. Afirmar que o juízo estético não tem valor cognitivo significa que não tem como função aumentar ou produzir conhecimento. Refere-se somente ao prazer e ao sentimento do belo. Os juízos cognitivos produzem conhecimento pois são objetivos, ao contrário dos estéticos.
3. O prazer estético não depende de nenhuma finalidade prática ou necessidade particular. É meramente contemplativo. Não depende da existência dos objetos a que se refere.
4. Se todas as pessoas têm o mesmo tipo de prazer ou contemplação de uma determinada obra, então isso parece indicar que existem propriedades estéticas objetivas do objeto de contemplação que produzem o mesmo efeito no sujeito que contempla.
5. Duas críticas podem ser feitas à teoria estética de Kant:

Perante objetos de contemplação distintos, o sentimento do belo é o mesmo, o que indicia que os próprios objetos de contemplação contêm propriedades estéticas objetivas e não meramente subjetivas.

A teoria de Kant não explica a razão pela qual determinados objetos produzem em nós sentimento estético e outros não, como os exemplos retratados do pinheiro do Mediterrâneo e a sequoia da Califórnia.



Página 10

1. Stolnitz defende que as experiências estéticas são o resultado do tipo de atenção que prestamos aos objetos. O mesmo objeto pode ser percebido por diferentes pessoas de modo bastante diferente, dependendo do objetivo com que percebemos o objeto. Assim, a nossa percepção é estética se a atenção prestada ao objeto for desinteressada, isto é, se considerar o objeto com o objetivo único de o contemplar esteticamente, por si mesmo. Pelo contrário, a nossa atenção é interessada e não estética se percebermos o objeto tendo em conta o uso que dele podemos obter, seja económico ou outro.
2. Podemos ter experiências estéticas sobre objetos que não são belos e podemos não ter experiências estéticas sobre objetos que são belos dependendo da atenção que prestamos ao perceber o próprio objeto. Se a atenção for desinteressada, estamos então perante uma experiência estética, mesmo que o objeto da atenção não seja belo. E podemos perante um objeto belo prestar atenção de forma interessada.
3. A primeira objeção de Dickie é que a distinção entre atenção interessada e desinteressada é artificial, já que quando prestamos atenção a uma obra de arte a experiência é a mesma. Por outro lado, Dickie defende que quando nos servimos de uma obra para outros fins, não é porque tenhamos uma experiência interessada, mas simplesmente porque não estamos a prestar atenção à obra. Se lhe prestarmos atenção, a experiência é só uma. Ou seja, em conclusão, se a proposta de Dickie for verdadeira, a experiência estética nada tem que ver com a atenção da parte do sujeito que é prestada aos objetos.

Página 13

1. Se a experiência estética depender das propriedades estéticas dos objetos, então tudo o que há a fazer é apreciar essas qualidades que uns podem apreciar melhor do que outros. Mas isto acontece não porque dependa da percepção dos sujeitos que contemplam, mas em função das propriedades evidenciadas pelos próprios objetos.
2. Sibley pensa que os objetos de arte possuem propriedades estéticas que os classificam como tais. O sujeito pode ser dotado de sentido do gosto, que é uma capacidade humana específica e que se define como a capacidade que permite identificar as qualidades estéticas dos objetos.
3. Sem determinadas propriedades físicas dos objetos não seria possível perceber pelo sentido do gosto as propriedades estéticas propriamente ditas. As propriedades estéticas são sobrevenientes das propriedades físicas, isto é, não existiriam sem as propriedades físicas dos objetos. Mas é esta relação entre elas que produz o sentido estético.
4. A sobreveniência é uma relação de dependência entre propriedades. No caso da estética, as propriedades estéticas sobrevem das propriedades físicas, mas não o inverso.
5. Por propriedades intrínsecas entende-se todo o conjunto de propriedades pertencentes aos próprios objetos, ao passo que propriedades reativedependentes



implica que elas são o resultado da relação entre o sujeito (as suas reações ou determinações subjetivas) e as propriedades intrínsecas. Assim, por exemplo, se a teoria das propriedades intrínsecas for verdadeira um quadro é belo em resultado da forma como as suas marcas físicas expressam a beleza. Pelo contrário, na teoria da reativodependência, um quadro é belo em resultado da relação da forma como o traço aparece na pintura, mas também da percepção do sujeito que é resultado da sua própria educação e treino para apurar a percepção estética. No primeiro caso, afirmar que o *Requiem* de Mozart é belo, é o resultado das propriedades expresso pela harmonia dos instrumentos. Na segunda hipótese, a beleza do *Requiem* é resultado da relação entre a harmonia dos sons produzidos pelos instrumentos musicais e a percepção do sujeito.

6. Se as propriedades estéticas forem objetivas, então estão plenamente presentes na obra. A projeção significa que a obra é bela também em função da projeção que fazemos na obra das nossas próprias circunstâncias subjetivas, os sentimentos, a forma como encaramos a arte e a própria existência, etc.

Página 17

1. Carroll sugere que o acordo que existe entre vários sujeitos na percepção revela que as propriedades estéticas são objetivas e não subjetivas. Em condições adequadas, as respostas de apreciação estética costumam convergir.
2. Se a apreciação estética fosse subjetiva, nada haveria a discutir nem faria sentido qualquer discordância. Toda a discussão sobre propriedades estéticas resulta do facto de as pessoas terem percepções diferentes de propriedades objetivas. Acontece que há percepções que podem estar erradas. Afirmar que a *5ª Sinfonia* é uma obra de má qualidade poderia ser, assim, resultado de uma percepção errada das propriedades estéticas da obra que produzem crenças falsas em relação ao objeto.
3. Existem amplos consensos entre culturas muito diversas sobre o valor de determinadas obras de arte. Isso explica em partes que as propriedades estéticas não podem ser o mero resultado das nossas projeções, pois se assim fosse a cultura em que nascemos e vivemos circunscreveria a nossa percepção das propriedades estéticas e impedir-nos-ia de apreciar, por exemplo, obras de culturas das quais temos pouca informação. Ora, a cultura em que nos inserimos parece não limitar a nossa percepção das qualidades das propriedades estéticas das obras.

Página 19

1. Significa que a percepção estética é subjetiva, isto é, segundo esta tese, as propriedades estéticas dependem da subjetividade dos sujeitos.
2. Significa que o sujeito olha para o objeto estético em função das propriedades reveladas pelo próprio objeto e não com qualquer outro interesse. Olha o objeto como um fim em si mesmo e não como um meio útil para alcançar um qualquer fim.
3. Segundo a teoria da atitude estética desinteressada, significa que a percepção estética não envolve qualquer interesse moral, cognitivo ou outro. É discutível que assim



seja, já que apreciamos muitas obras em função da sua mensagem moral, por exemplo, ou do conhecimento que nos possa proporcionar da própria realidade e do mundo.

Página 27

1. Consiste na tentativa de encontrar propriedades comuns a todas as obras de arte que permitiriam definir a arte. Assim, se todas as obras de arte possuírem algumas características comuns, teremos então critério para definir uma obra de arte. Assim, uma definição de arte que inclua determinadas características que definem o objeto como arte permitiria aplicar um mesmo conceito à extensão de todos os objetos com essas mesmas características.
2. Encontrar condições necessárias e suficientes é o objetivo da definição explícita. Exprime-se por uma condicional. Ser H_2O é uma condição tanto necessária como suficiente para ser água. Significa que tudo o que é água é H_2O e tudo o que é H_2O é água. Uma definição explícita de arte seria deste tipo.
3. A distinção baseia-se no pressuposto de que pode haver propriedades intrínsecas aos objetos que nos permitem definir de forma explícita as obras de arte. As teorias essencialistas partem do princípio que há qualidades intrínsecas nos objetos de arte que são comuns, ao passo que as teorias não essencialistas defendem que o que existe de comum nas obras são elementos relacionais e não intrínsecos, como, por exemplo, o facto de pertencerem ao mundo da arte.

Página 30

1. A teoria da arte como imitação pode sintetizar-se na seguinte fórmula: se x é arte, então x imita algo. Consiste em pensar que a imitação é uma condição necessária para uma obra ser uma obra de arte.
2. A teoria é demasiado restritiva já que deixa de fora muitas obras de arte que não imitam nada, como o caso da pintura abstrata, que é muitas vezes considerada como artística sem, com efeito, imitar seja o que for. Há imensos exemplos de obras de arte que não imitam nada e que são consideradas como tal. Ouvimos imensas músicas apenas pelo prazer que sentimos ao ouvi-las e são consideradas obras de arte sem imitarem seja o que for.
3. A teoria da representação visa ampliar o da imitação, isto porque amplia o leque de obras de arte a que se aplica. Assim, uma obra que não imita nada pode, no entanto, representar alguma coisa.
4. Ainda que se aplique a maiores objetos de arte, a teoria da representação ainda assim parece deixar de fora muitas obras que são consideradas arte e que, pelo menos aparentemente, não representam nada. A pintura abstrata do século xx é disso exemplo, já que em muitos quadros abstratos nada está representado e ainda assim são arte.



Página 35

1. Até ao romantismo, a arte era quase sempre vista como uma forma de representar o mundo exterior. Com o romantismo, o foco vira-se para a expressão dos estados de alma do artista, dos seus sentimentos pessoais e da forma subjetiva como sente e aprecia o mundo.
2. Tolstói defende que a arte exprime os sentimentos do artista ao criar a obra. E a arte serve exatamente para o artista comunicar ao seu público esse sentimento. Assim, o artista exprime de forma intencional o seu sentimento na obra comunicando-o ao seu público. Assim, a arte não acontece por acaso, mas antes segundo esta intenção do criador.
3. Há obras de arte que têm como intenção apenas divertir as pessoas, pelo que são excluídas pela teoria da arte como expressão. Além disso, outras obras de arte procuram apenas explorar pormenores técnicos. Um ator nem sempre sente o que procura exprimir com a personagem que representa num filme ou numa peça de teatro. Os filmes de Chaplin que procuram apenas fazer rir não seriam assim considerados obras de arte.

Página 39

1. A teoria formalista procura destacar as propriedades formais presentes nas obras de arte e não o sentimento expresso pelo artista ou o que o artista procura imitar. O argumento consiste em defender que uma obra de arte possui características partilhadas por todas as obras de arte. Nem a teoria da expressão nem a da imitação satisfazem esta condição. Mas todas as obras têm forma. Logo, a forma significativa é a condição necessária para uma obra ser considerada uma obra de arte.
2. A forma significativa é o conjunto de propriedades formais comuns a todas as obras de arte e só a elas pertencem e que são responsáveis pelas emoções estéticas. A forma significativa relaciona-se com aspetos como a harmonia, equilíbrio, proporção, elegância, etc. O que conta assim para considerar uma obra como uma obra de arte são estas características, que constituem a forma da arte.
3. O problema é que há muitos outros objetos do mundo que possuem as propriedades formais das obras de arte e não são considerados obras de arte. Se pensarmos n' *A Fonte*, de Marcel Duchamp, e se consideramos que essa obra possui determinadas propriedades formais que a classificam como uma obra de arte, então qualquer urinol vulgar tem de ser considerado uma obra de arte exatamente por possuir as mesmas propriedades formais. Não existem diferenças formais entre a fonte de Duchamp e os outros urinóis.
4. A teoria da forma significativa surge com o aparecimento da pintura abstrata, que nada pretendia representar ou imitar, mas apenas explorar as possibilidades formais da pintura.
5. Sim. Uma das vantagens desta teoria é que permite distinguir a boa arte da má arte. Assim, a má arte não possui as propriedades formais que as boas obras de arte



possuem. Uma música que seja boa possui qualidades formais como harmonia, equilíbrio, complexidade, etc., ao passo que uma má música não.

Página 41

1. Não podemos considerar a forma de uma obra sem um conteúdo subjacente. E a forma é desencadeada pelo conteúdo. Por isso, a teoria da forma significativa parece ser incompleta, já que sendo que a forma pode ser considerada uma condição necessária à obra de arte, ainda assim não pode ser considerada suficiente, uma vez que há boas obras de arte com um conteúdo excepcional mas sem determinadas propriedades formais, e há também obras que exprimem muitas qualidades formais mas que são bastante fracas no seu conteúdo.
2. É difícil explicar o que é exatamente a forma significativa. Se alguém aprecia uma obra, o formalista refere que a aprecia pela emoção estética que as suas propriedades formais despertam. Mas se perguntarmos o que são essas propriedades formais, o formalista não tem melhor resposta do que afirmar que as propriedades formais são aquelas que produzem as emoções estéticas, o que parece entrar em circularidade e é, por isso, pouco satisfatória.

Página 43

1. Os poetas, segundo Platão, apelam às emoções e por isso, no estado ideal, é perigoso apelar às emoções, já que pessoas que se deixam dominar pelas emoções são instáveis.
2. Apesar de não explicar de forma clara, Aristóteles pensava que as artes exaltam emoções, mas de forma benéfica aos seres humanos, uma vez que visam purgar os maus sentimentos, isto é, funcionam como uma espécie de limpeza da alma.
3. Platão e Aristóteles estavam de acordo que a imitação é o critério mais adequado para classificar as obras de arte. Assim, uma obra de arte tem por função primordial imitar. Ainda que a imitação não seja exclusiva da arte, ela, na arte, tem uma função necessária.

Página 46

As três condições são as seguintes:

Maior ou menor individualidade do sentimento transmitido.

Maior ou menor clareza com que o sentimento é transmitido.

Sinceridade do artista.

Podemos dar como exemplo consensual os fados de Amália. Os seus fados são conhecidos pela forma como a intérprete coloca todos seus sentimentos, de forma sincera e autêntica, nas suas canções.



Página 47

1. A experiência pessoal de uma emoção peculiar. É a esta emoção que chamamos emoção estética. A propriedade comum que desperta esta emoção é aquilo que podemos chamar de qualidade essencial da obra de arte, que é a forma significativa.
2. Pode se tiver propriedades formais que despertem a emoção estética. Se um quadro é meramente descritivo não é motivo de emoção estética. Mas há muitos quadros que valem pelas suas propriedades estéticas formais, pela sua forma significativa.
3. Para Bell, o relevante para classificar uma obra como arte é a sua forma significativa e não o assunto que trata a obra ou o contexto que a produz.

Página 52

O problema do valor da arte consiste em tentar compreender as razões que fazem da arte uma produção com valor intrínseco para os seres humanos. Trata-se de tentar saber quais os critérios que se poderão utilizar para distinguir a excelência artística. Que valor tem a arte em especial que a distingue das outras coisas valiosas para os seres humanos?

Página 54

1. A arte pode possuir valor instrumental. Por exemplo, podemos gostar de determinado estilo musical para nos integrarmos num determinado grupo de pessoas. Ou podemos gostar de determinadas obras de arte porque nos fazem ganhar dinheiro ao vendê-las. Pelo contrário, as obras de arte possuem valor incondicionado, isto é, sem quaisquer condições que se situem para além do seu valor em si mesmo enquanto obra de arte. Se dizemos que a arte faz bem a pessoas com falta de saúde então estamos a olhar ao seu valor instrumental. Ela ajuda as pessoas a sentirem-se bem. Se estamos a olhar ao valor da obra independentemente se ela faz bem ou mal à saúde ou qualquer outro fim, então falamos do seu valor intrínseco. Há quem defenda, por exemplo, que a arte tem como fim intervir socialmente para mudar mentalidades políticas, sociais, etc. O que estas pessoas estão a defender é o valor instrumental da arte, que responde somente à questão «Para que serve?» e não à questão «O que ela é?».
2. Prende-se com a utilidade do objeto. Sem essa utilidade, o objeto deixa de ter valor. Ora, as obras de arte possuem valor para além da sua eventual utilidade.
3. Significa que as obras de arte possuem valor por si mesmas, independentemente da utilidade que possam ou não ter. O valor intrínseco das obras reside na emoção estética que as mesmas proporcionam aos sujeitos.
4. Os defensores desta ideia afirmam que o valor da arte é instrumental, pois ele depende diretamente da satisfação que produz nas pessoas quando a aprecia. Sem essa relação, as obras de arte não possuiriam qualquer outro valor. Assim, o valor da arte é relacional.



Página 58

1. Bell defende que o valor das obras de arte reside no facto de tornar a vida e as experiências dos seres humanos mais enriquecedoras. Isto porque as obras de arte despertam nos sujeitos emoções estéticas, o que os dignifica proporcionando uma impressão de harmonia e beatitude que confere sentido à existência dos seres humanos.
2. Para Bell, a arte não pode ser justificada com um valor hedonista, uma vez que considera que a própria noção de bem não pode não corresponder à ideia prazer. O bem, para Bell, está para além de conteúdos como o prazer, que são sempre definidos tendo em conta conteúdos naturais. Para Bell, a arte é um bem, mas o bem, não podendo ser definido em termos de uma propriedade natural, não coincide necessariamente com o prazer. Logo, a arte está para além do prazer que produz.
3. A primeira das objeções é que se trata de uma teoria bastante restritiva, já que não admite outras formas de contemplação artística que não aquela coincidente com a forma significativa. O problema é que quando apreciamos uma obra de arte não estamos somente a apreciar a sua forma significativa, mas também outros elementos sem os quais não existiria, sequer, forma significativa. Isto é, estamos também atentos a aspetos que se ligam com o conteúdo da obra. Este aspeto conduz à segunda crítica, pois a forma como olhamos para uma obra de arte é relacional e não independente do conteúdo. Ou seja, conteúdo e forma da obra correlacionam-se e a teoria da forma significativa não capta esta relação de reciprocidade presente nos nossos juízos de gosto.

Página 61

1. A principal proposta de Goodman é que a principal função da arte é produzir conhecimento ampliando a nossa compreensão do mundo. Assim a relação que mantemos com as obras de arte é mais bem explicada pela sua função cognitiva do que pelas emoções que desperta.
2. O papel das emoções na apreciação estética é, para Goodman, cognitivo. São as nossas respostas emocionais em relação aos objetos de arte que ampliam o nosso conhecimento.

Página 63

1. Significa antes de tudo que a arte possui uma função simbólica. Esta ideia significa que a arte refere determinados aspetos da realidade e que ao apreciá-la ampliamos o nosso conhecimento do mundo. Mas sem capacidade de referir algo do mundo, a arte não teria esta função cognitiva.
2. Significa que são formas convencionadas para a compreensão da realidade. Poderiam ser completamente diferentes, mas são apresentadas como convenções que visam organizar e analisar a nossa compreensão do mundo.



3. A relação de semelhança na pintura não é simétrica, logo é não imitativa. Caso contrário, o que é representado seria a imitação daquilo que se pretende representar, o que não é o caso.
4. Tanto a arte abstrata como a música são exemplificações de realidade, por meio da abstração. A exemplificação é a forma de referência nos objetos de arte abstratos.

Página 65

1. O esteticismo é uma teoria que defende o valor da arte pela arte, isto é, o valor da arte reside na exaltação da beleza que a própria arte proporciona e essa exaltação está acima de qualquer outro valor, seja moral, social, etc.
2. Primeiro, porque o valor da obra de arte é superior ao da mensagem que possa produzir. Segundo, porque explica a razão porque podemos gostar de obras cujos conteúdos podemos até discordar, apreciando a beleza das mesmas. Terceiro, porque singulariza a atitude estética, distinguindo-a de qualquer outra atitude. É deste modo que conseguimos distinguir a atitude estética da aceitação das massas por uma determinada obra.

Página 67

1. Bell defende que há estados de consciência que são um bem de uma forma autoevidente. Isto é, não precisam de proporcionar outra consequência senão a sua própria autoevidência. É o caso do estado de contemplação estética. Bell pensa que não nenhum outro estado de consciência bom deste modo. A arte é, assim, um bem em si mesma.
2. A função da arte não é produzir um bem moral. O bem estético é um bem em si mesmo, independentemente das consequências que possa produzir. Apesar de a arte produzir um bem moral, ela é já um bem por si mesma. Não há, assim, qualquer justificação moral para a arte.

Página 69

Para Goodman, a arte é uma resposta à curiosidade e necessidade de compreender e analisar o mundo que habitamos. E a arte possui essa função através da sua função simbólica, pelo modo como categoriza, ordena, analisa e organiza.

Unidade 6

Página 77

1. Algo pode ser causado sem ter um objetivo. Por exemplo, o universo pode ter tido uma causa, sem ter um objetivo. Se tudo no universo depender somente das suas



causas, então toda a existência é desprovida de sentido, já que tudo está determinado pelas causas.

2. O problema do sentido da existência consiste basicamente em questionar sobre se a existência tem um objetivo. Existir sem qualquer objetivo parece pressupor o absurdo da existência. A experiência da finitude parece pressupor a falta de sentido da vida. Vale a pena nesta questão discutir um pouco com os alunos se pelo facto de sermos finitos, decorre daí que a nossa existência deixa de ter sentido. Dar um sentido à existência (à vida) é pressupor uma finalidade para a mesma.
3. O mito de Sísifo pressupõe a questão sobre o sentido e valor da existência humana, uma vez que uma vida condenada a um fim na qual nenhuma das nossas decisões possa ter valor, pois carece de objetivos, parece condenada a não ter sentido.
4. As religiões oferecem uma resposta ao sentido da existência uma vez que procuram oferecer um objetivo para a vida humana. O que as religiões dão à vida é um propósito, uma razão (ou um conjunto de razões) que orienta a existência humana.

Página 79

1. A característica principal das religiões é a pressuposição da finalidade da existência humana, implicando ao mesmo tempo que a morte não é o fim, mas uma passagem para outro nível ou tipo de existência. Para o cristianismo, a ressurreição de Cristo é a prova de que a existência corpórea é apenas uma passagem para outro domínio de existência. O budismo pressupõe a crença na reencarnação e transmigração da alma. Para o hinduísmo, que pressupõe a crença em várias divindades, a vida terrena é uma etapa entre muitas outras de uma existência que tem como objetivo final a comunhão total com a alma universal, o Brahma.
2. Estas respostas são conciliáveis no sentido em que orientam a existência humana no sentido da crença divina e na pressuposição de que a vida é uma etapa na caminhada para a comunhão com a divindade. São conciliáveis na medida em que todas admitem que a existência humana deve o seu sentido à existência de uma divindade.

Página 83

1. O argumento pressupõe que a existência humana só tem sentido se se pressupuser a existência de um Deus criador que lhe confere sentido. Sem essa pressuposição, toda a existência seria absurda.
2. O primeiro aspeto a objetar é a premissa que indica que Deus confere justificação à existência do próprio universo, já que o universo existirá mesmo que não exista um Deus criador. Em simultâneo, mesmo que Deus não exista daí não se segue necessariamente que o universo não possa ser eterno. Por outro lado, parece discutível que o sentido da existência seja devedor da existência ou não de um Deus. Mesmo que saibamos que o planeta possa deixar de existir daqui a milhões de anos, esse dado não retira qualquer valor às nossas existências terrenas. O mesmo podemos pensar em relação ao absurdo da própria vida, já que mesmo que sejamos finitos e que o universo seja igualmente finito, daí não se segue necessariamente que



as vidas dos seres humanos sejam destituídas de sentido e se resumam ao absurdo. Uma vida mesmo sendo finita pode ter valor pela qualidade intrínseca com que é vivida, pelos objetivos que cada um pode estabelecer para si próprio. Isto parece ser independente da existência de um Deus criador.

Página 85

1. Os dois fatores a considerar são: o conteúdo das experiências e os critérios que podem ser utilizados para distinguir as experiências falsas das genuínas. Estes fatores permitem constituir a prova da existência de Deus.
2. Para saber da existência de Deus não podemos recorrer à experiência. Recorre-se, antes, ao conteúdo da experiência. Mas esse conteúdo varia consoante as religiões e muitas das vezes é até contraditório. Este dado levanta um sério problema, pois parece que ficamos num impasse ao não conhecer um tal critério que nos indique quais são os conteúdos de experiência verdadeiros e os distinga dos ilusórios.

Página 89

1. Trata-se de um argumento baseado na causalidade. Se tudo o que existe tem uma causa, essa série de causas não pode ser infinita, isto é, tem de ter tido uma causa que não é causada. Essa causa, que é causadora de todo o circuito causal do universo, mas que é incausada, só pode ser, segundo este argumento, Deus.
2. A resposta é não. A primeira causa poderia resultar da ação de um ser poderoso, mas não onipotente, onisciente e bom, que são precisamente as características do Deus teísta. Para além disso, a primeira causa não tem necessariamente de ser um único agente. A primeira causa pode até ser o resultado da conjugação de vários deuses. Assim, a primeira causa parece não ser necessariamente um só Deus.
3. O argumento da causalidade levanta uma dificuldade: se tudo no universo tem uma causa, o que então justifica a crença de que Deus não tem uma causa também? A resposta é que Deus, além de ser causa de todo o universo, também é causa de si mesmo, isto é, causou-se a si mesmo. Esta é a teoria da *causa sui*.
4. A principal objeção à segunda premissa é a que refere que do facto de tudo ter uma causa, não se segue, desde logo, que o universo não possa ser infinito. Pode o universo não ter tido uma primeira causa. Pode ser verdade que o universo seja infinito e que tenha existido desde sempre. O universo pode ter existido desde sempre e existir para sempre, escapando assim à explicação da causalidade. Pode até ser verdade que o universo é um entre muitos outros universos.

Página 91

1. O problema do mal centra a explicação da existência de Deus num plano moral. Partindo da observação do mundo, verificamos que existe muito sofrimento e muito mal. Se Deus é infinitamente bom e poderoso, como é que permite a existência do



mal? Afinal de contas, um Deus sumamente bom poderia ter evitado todo o sofrimento e maldade no mundo.

2. O argumento consiste em pressupor que um Deus que fosse todo-poderoso e sumamente bom evitaria todo o mal no mundo. Mas o mal no mundo existe. Logo, Deus não pode ser todo poderoso já que o seu poder não evitou o mal para os seres humanos. E se Deus não é todo-poderoso, então não existe, pois a ideia do Deus teísta é incoerente com a existência do mal. O objetivo deste argumento é mostrar a incompatibilidade entre a ideia de um Deus sumamente bom e poderoso e a existência do mal.

Página 92

1. A ideia é que Deus optou por dotar os seres humanos de liberdade moral, de livre-arbítrio, dotando-os desse modo da possibilidade de dignidade moral, uma vez que os seres humanos podem evoluir moralmente pela prática de ações corretas. Este é, segundo esta teoria, um bem maior que justifica a existência do mal. Num mundo onde não fosse possível praticar o mal, não existiria livre-arbítrio.
2. Não é possível concordar com a justificação dada para a existência do mal, pois há muitos males no mundo que não dependem do livre-arbítrio dos sujeitos, tais como as catástrofes naturais. A justificação dada para o problema do mal, deixa de fora este tipo de acontecimentos, pelos quais o sujeito não é diretamente responsável e que tanto mal causa aos seres humanos.

Página 93

1. Deus podia, pelo menos, ter evitado todos os males naturais, como os terremotos, doenças, etc., pelos quais o ser humano não é diretamente responsável. Se Deus opta sempre pelo bem, podia ter optado pelo bem também nestas catástrofes.
2. Mesmo que os seres humanos tenham livre-arbítrio e tenham decisões erradas, Deus pode intervir com milagres, por exemplo, que poupem muito sofrimento aos seres humanos. Acontece que muitos acontecimentos que causam sofrimento parecem não ser evitados por Deus.
3. A grande maioria dos acontecimentos adversos aos seres humanos não oferece nada de edificante para os seres humanos. Pelo contrário, parece enfraquecer o carácter moral dos seres humanos. As guerras, por exemplo, acabam por gerar na maioria das vezes mais ódio e nem sempre são causadores de mais paz para os povos que sofrem os seus males. Por isso, a teoria do mal edificante não constitui uma boa justificação para existência do mal permitido por Deus.

Página 95

1. O argumento de Pascal baseia-se numa aposta racional: se não acreditar em Deus, mas ele existir não serei recompensado na vida eterna, pelo que mais vale acreditar. Se acreditar e não existir Deus o resultado da aposta será sempre melhor do que se



não acreditar e Deus existir, já que neste último caso não receberei a recompensa. O argumento visa mostrar que é mais racional acreditar em Deus do que não acreditar.

2. Não, pois não temos nenhuma razão para pensar que se não acreditarmos em Deus e ele existir sofreremos consequências eternas. Por outro lado, a ideia de que Deus castigará os não crentes é implausível, já que segundo o que sabemos de Deus, tomamo-lo como nada vingativo, que seria uma ação contrária às suas características de sumamente bom. Assim, é falso que temos tudo a perder se não acreditarmos em Deus.

Página 97

O argumento consiste em pressupor que o sentido da existência só existe se Deus lhe conferir tal sentido, caso contrário, a vida seria completamente absurda, uma vida sem norte, sem objetivo e direção. Para William Lane Craig, a vida assim é inconcebível, pelo que o sentido que a vida tem só pode justificar a existência de um Deus que lho conferiu.

Página 98

1. O que faz pensar no absurdo da vida é primariamente a questão da finitude: se somos finitos no tempo e se o universo durar milhões de anos, que sentido tem o que agora fazemos na vida? A vida singular parece assim perder o sentido cósmico. Se tudo o que fazemos tem um prazo (o da nossa existência), tudo à nossa volta pode não passar de um absurdo. A finitude prende-se, por outro lado, com as razões que temos para viver. Dar sentido à vida é oferecer-lhe projetos concretizáveis.
2. Nagel defende que se as nossas vidas são cosmicamente insignificantes, também o é a maneira como respondemos a este facto. À luz deste argumento, sugere Nagel, a atitude de desafio parece excessivamente exagerada e dramática, sendo a ironia mais apropriada. Por outras palavras, se a vida for absurda à dimensão cósmica, também qualquer justificação o poderá ser.
3. O argumento de Nagel parece dar uma boa resposta ao problema. Se a vida não tiver sentido, também não podemos encontrar uma resposta sobre o seu sentido se ela já for, de antemão, absurda. E essa é a razão que nos pode fazer pensar que o sentido da nossa existência é encontrado dentro dos limites da própria existência e não pressupondo elementos extra, como a dimensão cósmica ou a finitude.

Página 100

1. Trata-se de um ser pessoal, uma pessoa. Tem poderes infinitos. É não só onipotente (pode tudo) como onisciente (está sempre presente). Tem o poder de criar, conservar ou aniquilar o que quiser. Deus é ainda infinitamente livre e eterno.
2. São os atributos de Deus que melhor explicam, segundo o teísmo, a existência do próprio mundo, já que o mundo, para os teístas, é o resultado da criação e vontade



de Deus e só à luz e semelhança de Deus e dos seus atributos podemos compreender plenamente a existência do mundo.

Página 102

1. Para Russell, as religiões ligam-se aos seres humanos pelas emoções que neles despertam. E, defende Russell, essas emoções prendem-se com o conduzir de uma vida por temor a Deus. Por um lado, a religião baseia-se no temor dos crentes e, por outro, no aconchego emocional que lhes proporciona, ao garantir alguma segurança quando os seres humanos se sentem inseguros.
2. Defende Russell que a ciência nos faz ver o mundo com a inteligência e não com a ilusão das emoções, como o temor a Deus. Sendo a ciência uma visão racional, funciona como uma espécie de libertação intelectual das pessoas em relação ao temor imposto pelas religiões. Só a visão científica é capaz de nos oferecer uma leitura clara da realidade.
3. Nesta questão o professor deverá dar alguma liberdade ao aluno, uma vez que neste momento será já capaz de elaborar um raciocínio crítico em relação ao problema fundamentado nas posições estudadas.

Unidade 7 – 1. Os animais têm direitos?

Página 112

1. Descartes defendeu que os animais não sentem dor ou sofrimento já que não têm consciência. Explicou o comportamento dos animais em termos mecânicos, defendendo que esses comportamentos não implicam qualquer vida consciente. A consciência produz pensamento e linguagem. Na ausência desta, pensa Descartes, não existe consciência.

Para Kant os animais não são seres racionalmente autônomos, razão que o faz pensar que não temos obrigações morais para com eles, já que não possuem autonomia moral. Assim, pensa Kant, somente os seres humanos possuem valor intrínseco e em via disso merecem ser tratados como um fim em si mesmo e não como um meio.

2. Temos obrigações diretas com os outros seres humanos, mas não com os animais. Apenas temos obrigações morais diretas com os seres que são um fim em si mesmo, os seres humanos. Se não devemos ser cruéis com os animais é porque essa crueldade fomenta a crueldade entre os seres humanos. No entanto esta obrigação para com os animais é indireta.
3. Bentham pensava que os animais são dotados da capacidade de sentir dor (senciência). Desconsiderar moralmente esta capacidade é considerar que há espécies com mais consideração moral do que outras. Isso segundo Bentham é moralmente inaceitável e, se assim procedermos, seremos especistas. O especismo



consiste em pensar que há espécies que são mais favorecidas moralmente do que outras. Assim, sujeitar animais à dor e ao sofrimento é comparável a ser racista, já que se pressupõe que os seres humanos possuem mais consideração moral do que os animais.

4. Hoje em dia temos dados disponíveis que nos mostram que uma boa parte dos animais com sistema nervoso organizado sentem, tal como os seres humanos, dor. Se desejamos não sentir dor, é razoável aceitar que os animais também tenham o desejo de não serem sujeitos à dor e ao sofrimento. Por essa razão, o argumento de Bentham oferece uma poderosa razão para aceitar que devemos considerar moralmente os animais.

Página 114

1. Trata-se de teorias defensoras dos direitos morais dos animais. Estas teorias começam por defender que experiências com animais como as retratadas de 1 a 5 deviam ser abolidas pois constituem uma tortura imensa para os animais, causando grande dor e sofrimento e limitam-se a comprovar resultados já obtidos. Deve-se, assim, poupar todo o sofrimento aos animais.
2. Se pensarmos nos deveres indiretos, defendemos a abolição das touradas. Isto porque as touradas são um mau exemplo de barbárie para os próprios seres humanos. Assim, a abolição das touradas evitaria suscitar comportamentos agressivos entre os seres humanos. Se pensarmos como Bentham, então as touradas devem ser abolidas não em razão do que elas possam significar moralmente para os seres humanos, mas porque é moralmente errado provocar a dor nos touros.
3. A de Bentham, já que é essa que considera a dor do animal com valor moral por si mesma. Está centrada na própria existência do touro e não o olha como um meio para um determinado fim. Significa que, para Bentham, a análise moral é direta e não indireta.

Página 118

1. Regan é um deontologista. Defende que o utilitarismo se baseia nos interesses das pessoas e não nas pessoas em si mesmas. O problema disto é que, segundo o utilitarismo, tirar a vida a uma pessoa inocente pode ser moralmente aceitável se o cálculo de bem-estar para a maioria das pessoas for favorável. Regan rejeita esta hipótese. A moralidade dos seres reside naquilo que eles são e não nas consequências dos seus atos, nos seres em si e não na satisfação dos interesses que possam ter.
2. Sujeito para uma vida é ter uma vida mental complexa, dotada de desejos e emoções, sensações, consciência, etc. Em resumo é-se um sujeito para uma vida quando há a experiência mental de um eu, mais ou menos sofisticado.
3. Se os seres não tivessem todos o mesmo valor intrínseco, tal começaria por significar que se admitem graus diferentes para o valor intrínseco que cada vida pode ter. Regan defende que a inteligência superior dos seres humanos não pode



introduzir esta questão de grau no valor que cada vida possui, pois as consequências de tal ideia poderiam ser desastrosas, ao ponto de considerar mesmo que há seres humanos cujas vidas possuem menos valor do que outros. Uma pessoa não pode ter maior consideração moral baseada em graus como inteligência, sexo, raça, etc.

Página 121

1. Cohen defende que ao atribuir direitos morais aos animais, estamos a cometer um erro categorial. Um erro categorial consiste em atribuir categorias a x que não lhe podem ser atribuídas. Segundo o autor, no mundo animal não existem categorias como direitos e deveres, logo é errada a defesa de que os animais possuem direitos morais. A ideia central é que os animais não formam uma comunidade moral.
2. O problema com o argumento de Cohen reside na premissa que toma como verdade que se não existem direitos entre os animais, também não os podem ter perante nós. Do mesmo modo, as crianças muito novas não têm deveres perante os outros, pois não têm essa noção desenvolvida. Daí não se segue que não tenham direitos morais.
3. O principal problema com a tese de Cohen é que parte de um pressuposto errado, o de que só tem direitos quem pertence à comunidade moral e, por isso, tem deveres. A objeção que Regan faz é que do facto de uma ideia ter tido origem na comunidade humana não se pode seguir que só nessa comunidade possa ter aplicação. Assim, devemos pensar que os animais possuem direitos, como o direito moral ao não sofrimento.

Página 125

1. A consideração moral dos interesses deve ser imparcial. E deve situar-se para além das fronteiras da nossa espécie. A discriminação injustificada de indivíduos baseada na espécie tem o nome de especismo. A ideia é que a consideração moral está para além das diferenças de género, raça ou espécie.
2. A racionalidade não constitui critério da moralidade, até porque muitos seres humanos não possuem racionalidade, como o caso de doentes em coma ou recém-nascidos. A racionalidade é um critério arbitrário, porque depende dos seres racionais que o pensam. Mas todos os seres têm em comum o desejo, mais ou menos consciente, de evitar experiências de dor. Assim, o direito moral a não sofrer é um critério universal.
3. A diferença fundamental é que a teoria deontológica de Regan conduz à imoralidade do uso de animais para os nossos fins em qualquer circunstância, mesmo que como consequência pudesse ter a descoberta da cura para uma determinada doença salvando milhares de pessoas. Pelo contrário, a tese de Singer admite que, tomados imparcialmente todos os interesses, não existe ainda assim uma proibição absoluta do uso de animais em experiências médicas, mesmo que tal uso deve ser grandemente limitado.



Página 127

1. Começa-se por afirmar que os direitos suplantam os interesses. Assim, se os animais tiverem direitos morais, tal suplanta os interesses dos seres humanos. Se os animais tiverem o direito incondicional à vida, então esse direito está acima do nosso interesse em sujeitá-los a experiências científicas que nos ajudariam a resolver determinados problemas com a nossa saúde.
2. Não resolve, uma vez que os nossos direitos não poderiam suplantam os direitos dos animais. Seria arbitrário do ponto de vista moral. O argumento de Cohen é que isto não se chega a passar, já que os animais não têm direitos morais por estarem fora da comunidade de seres pertencentes à comunidade moral.
3. A ideia é que os animais não são seres pertencentes a uma comunidade moral. Trata-se de um erro categorial alegar direitos morais para os animais. Daí não se segue que não devamos tratar moralmente os animais. Mas tal decorre porque nós pertencemos à comunidade moral e temos essa noção, não porque os animais tenham direitos. Para algum ser ter direitos tem de se poder inscrever na categoria dos seres com direitos e deveres morais e essa comunidade é constituída por seres humanos.

Página 129

1. Senciência é a capacidade de sentir dor e prazer. Se há senciência, há vida mental consciente e que pode ser melhor ou pior para quem a vive. Uma planta não tem senciência.
2. Se todos os animais têm senciência, então reunimos condições para pensar que todos eles comungam de um interesse comum, que é o de evitar a dor e ter uma vida prazenteira. Este interesse que nos é comum com os animais é fator de consideração moral. E deve ser imparcialmente considerado para fins morais.

Unidade 7 – 2. Eutanásia

Página 136

1. É a prática de intencionalmente tirar a vida a, ou de permitir a morte de, pessoas com doenças sem cura ou que se encontrem em condições de sofrimento extremo, chegando a considerar o sofrimento psíquico.
2. É importante distinguir eutanásia de «suicídio assistido», na medida em que na primeira é uma terceira pessoa que executa o ato de tirar a vida, e no segundo é o próprio doente que provoca a sua morte, ainda que para isso disponha da ajuda de terceiros.
3. Podemos considerar que sim, pois ao matar George Zygmianiak, que fez um pedido para ser morto, que o reafirmou de tempos a tempos, pode-se verdadeiramente defender que se age com o seu consentimento. Isto se considerarmos que as



informações disponíveis impediam George de algum dia poder viver com dignidade e sem sofrimento.

Página 139

1. Eutanásia ativa: Ato de tirar intencionalmente a vida a uma pessoa vítima de doença incurável ou que esteja em condições tidas por insustentáveis.

Eutanásia passiva: Consiste em deixar de administrar um determinado tratamento médico se já não houver possibilidades de melhorias no estado do paciente e deixar que a pessoa morra sem intervenção direta.

2. A distinção existe por se considerar que há uma diferença entre matar e deixar morrer. No primeiro caso, está-se a violar o direito de viver, ao passo que no segundo caso não.

3. Eutanásia voluntária: A pedido expresso do paciente.

Eutanásia involuntária: A morte acontece mesmo sem pedido expresso do paciente.

4. Não. A eutanásia involuntária consiste em tirar a vida de alguém que já não pode decidir, mas que se encontra em estado crítico de sofrimento sem possibilidade de recuperação. Na eutanásia involuntária, a pessoa encontra-se em estado crítico de sofrimento sem possibilidade de recuperação, mas tinha expresso a sua vontade de viver até onde fosse possível.

5. Eutanásia ativa: Um paciente está em estado vegetativo sem hipótese de recuperação ou de vir a ter uma vida com dignidade e alguém o mata. Pode acontecer como no caso de alguém tetraplégico que não pode cometer suicídio por si mesmo.

Eutanásia passiva: Um doente está em estado vegetativo sem possibilidade de recuperação e o médico deixa de lhe administrar o medicamento que o manteria vivo e acaba por morrer.

Eutanásia voluntária: Um paciente em estado crítico expressou a sua vontade em morrer repetidamente e fê-lo em estado consciente.

Eutanásia não voluntária: Por exemplo, um recém-nascido em estado vegetativo não pode decidir morrer e alguém decide a sua morte.

Eutanásia involuntária: Trata-se de alguém que defende em estado consciente que queria viver mesmo em condições críticas. Mas alguém decide a sua morte.

Página 141

1. O argumento utilitarista consiste em concluir, em nome do dever de promover a felicidade geral, que não há nada de moralmente errado na eutanásia ativa se uma pessoa está em estado incurável e expressou o seu desejo consciente de acabar com a vida, poupando-se a uma vida sem qualidade e da qual nenhum prazer iria obter.
2. A primeira crítica feita ao argumento utilitarista é que a felicidade não é o único valor a ter em conta para ter uma vida moral. Outros aspetos podem ser



considerados, como, neste caso, a conservação da vida ao limite, mesmo que tal implique sofrimento. E esta é a segunda crítica a fazer ao argumento utilitarista. Se o doente desejasse continuar a viver, mesmo num estado de sofrimento extremo, matá-lo seria sempre moralmente errado. Ou seja, o utilitarismo aceitaria ao mesmo tempo a eutanásia involuntária.

Página 143

1. O argumento do melhor interesse consiste em aceitar que nada há de moralmente errado na eutanásia ativa se forem considerados os interesses de todos e se tais interesses trouxerem mais felicidade a todos do que infelicidade. Nesse caso não se estaria a violar o direito à vida de ninguém.
2. O argumento do melhor interesse é uma resposta aos direitos fundamentais de todos, incluindo o do direito à vida. Não é imoral se alguém abdicar do direito que tem à vida. O interesse do doente em antecipar a morte certa é respeitado. Ao mesmo tempo é respeitado o interesse da família a assistir a um sofrimento, perante o qual nada pode fazer para evitar. Finalmente o interesse da própria instituição que pode canalizar energias para outros doentes com maiores probabilidades de viver.
3. Sim, pois em primeiro lugar não viola qualquer direito moral do indivíduo. Depois porque parece respeitar moralmente o melhor interesse de todos os envolvidos.
4. Não viola pois é feita a pedido expresso do próprio doente. Trata-se de uma decisão autónoma e livre de pressões.
5. O argumento utilitarista baseia-se num princípio demasiado limitado, que é o princípio de que o que é valioso intrinsecamente é a felicidade, sem contar com outras coisas valiosas da vida humana. O argumento do melhor interesse é mais amplo e por isso mais adequado, já que considera na avaliação da ação o melhor interesse para todos os envolvidos.

Página 146

1. O teste da moralidade proposto por Kant é o da universalidade das máximas das ações. Se o princípio que está subjacente a uma ação for racionalmente universalizável, então a ação é moralmente correta. A eutanásia ativa passa o teste da universalidade do juízo moral.
2.
 - 2.1. Sim, pois o condutor não terá qualquer possibilidade de sobrevivência e a prática da eutanásia poupava-o ao sofrimento de morrer queimado.
 - 2.2. Se pensarmos no nosso caso, facilmente preferíamos ser poupados a uma morte dolorosa se não tivéssemos qualquer possibilidade de sobrevivência. O que aqui se defende é que não gostaríamos de ser vítimas da proibição da eutanásia. O mesmo é de esperar de todas as outras pessoas. Daqui se conclui que a máxima que a torna permissível é universalizável.



3. Kant pensa que os seres humanos possuem um estatuto moral especial já que são seres dotados de racionalidade e não podem ser vistos como um meio, mas cada pessoa deve ser tratada com a dignidade de um fim em si mesma.
4. Tratar um ser humano sempre como um fim é tratá-lo com respeito, respeitando a sua dignidade intrínseca. Os seres humanos não são meios para concretizar outros objetivos. Caso assim fossem tratados não possuiriam dignidade moral, nem seriam seres dignos de respeito. A dignidade moral reside precisamente em que cada ser humano é um fim em si mesmo e deve ser tratado como tal. Se todas as pessoas se tratassem como meios, pensa Kant que não seria possível qualquer lei moral fundamental.
5. Trata-se de respeitar a sua vontade, autonomia e racionalidade. A sua decisão é autónoma e, em via disso, merece o respeito dos outros. Ela é um fim em si mesmo.

Página 148

1. O argumento da jurisdição divina defende que só Deus pode decidir quando termina uma vida e que a eutanásia é moralmente inaceitável por constituir uma violação da vontade divina.
2. A crítica de David Hume consiste em apontar se a eutanásia é moralmente errada porque viola a vontade de Deus, então qualquer interferência na vida do indivíduo, prolongando-a até com tratamentos, é igualmente errada pois constitui uma interferência na vontade divina.
3. Sim, pois ou aceitamos o argumento da jurisdição divina e negamos o poder da medicina, o que é absurdo, ou, se aceitamos o poder da medicina e dos tratamentos médicos, negamos o argumento da jurisdição divina, o que é mais plausível.

Página 150

1. O argumento da proibição de Deus consiste em aceitar a palavra divina sem reservas. Se Deus decreta que X é moralmente errado, então X é moralmente errado.
2. A teoria ética dos mandamentos divinos refere que Deus determina o que é correto e incorreto do ponto de vista moral.
3. O dilema de Êutífron consiste em tentar saber se uma ação é correta somente porque Deus a determina como correta ou se, pelo contrário, a ação é correta independentemente de ter ou não a aprovação de Deus. O problema principal é que se for verdade que o que faz uma ação ser correta moralmente é a aprovação de Deus, então parece que o certo e o errado são arbitrários, pois se Deus tivesse aprovado uma ação, ela seria correta independentemente das suas consequências ou natureza.
4. Supondo que a palavra de Deus está inscrita na Bíblia, nela não se encontra nenhuma referência à eutanásia nem à sua proibição. Só de uma forma muito geral e vaga é que poderíamos estabelecer paralelos entre o que diz a Bíblia e a condenação moral da eutanásia.



Página 151

1. Trata-se de um argumento que visa defender a imoralidade da eutanásia sem recurso a premissas religiosas. A base deste argumento é que é impossível determinar com segurança se um sujeito em estado terminal não poderá mesmo recuperar, mesmo inesperadamente.
2. O argumento aplica-se à eutanásia ativa e passiva. Aplica-se à ativa pois um tratamento que entretanto seja descoberto pode revelar uma eventual cura. Se tal acontecesse, a reação esperada do doente seria o seu desejo renovado de viver. É verdade que na passiva o estado psicológico do doente não lhe permite ser ele a decidir a sua sorte. No entanto, matá-lo significaria privá-lo da eventualidade de uma cura inesperada, o que é moralmente inaceitável segundo esta teoria.
3. Os pontos fortes são os seguintes: se existir uma possibilidade, ainda que remota, de recuperação, o doente pode beneficiar dela. Além disso, a avaliação médica muitas das vezes falha. O ponto fraco é que se sujeitará muitas vezes os doentes a um processo absolutamente doloroso até à morte, que é certa.

Página 153

1. A distinção entre atos e omissões esconde uma distinção controversa que corresponde à diferença entre fazer algo e deixar que algo aconteça, ou, no caso da eutanásia, entre matar e deixar morrer.
2. A doutrina do duplo efeito defende que se o doente vai morrer de qualquer dos modos, então matá-lo seria violar uma regra moral deontológica, isto é, tirar a vida a alguém, o que moralmente não é permissível. Segundo esta perspetiva, há certos tipos de atos que nunca podem ser realizados, sejam quais forem as consequências de não os realizar.
3. O argumento de Singer consiste na defesa que essa distinção tem uma importância pouco relevante defendendo que se as consequências de matar forem as mesmas do que deixar morrer, então matar não é pior nem melhor do que deixar morrer.
4. A doutrina do duplo efeito é contestada pelos defensores do utilitarismo, que defendem que duas ações idênticas nas suas consequências devam ser de igual valor moral. Será estimulante nesta resposta que se abra um pouco o debate com os alunos.

Página 155

1. Trata-se do princípio do dano que consiste no seguinte: uma ação que não cause danos a terceiros, mesmo se parecer imoral, não deve ser censurada moralmente. Se considerarmos que a morte de uma pessoa que tem reduzidas possibilidades de ter uma vida com o mínimo de qualidade não causa danos a terceiros, então a eutanásia é moralmente permissível.



2. Trata-se de uma decisão particular se só afetar quem está em situação de sofrimento. Trata-se de um direito privado o de saber o que fazer com a própria vida, ainda que tal seja visto por muitos como imoral.
3. O direito à liberdade é coerente (?) se pensarmos que todos os atos são permissíveis moralmente desde que não provoquem dano a terceiros. Um dos pontos fortes da teoria é que o sujeito é o único responsável pelos seus atos. Mas nem sempre isto acontece, pois nunca sabemos de antemão o que prefeririam muitos doentes em estado terminal e que não podem comunicar o seu desejo por estarem em coma, por exemplo. Por outro lado, é difícil avaliar se alguém que tenha decidido previamente pela aceitação da sua morte em caso de estar num estado vegetativo, se, uma vez encontrando-se nesse estado, não mudaria a sua posição.

Unidade 7 – 3. Ética ambiental

Página 164

1. O efeito de estufa é um fenómeno natural responsável pela vida na Terra. Por efeito da ação humana há uma alteração deste efeito, com o aumento dos níveis de retenção do dióxido de carbono na atmosfera, o que produz alterações climáticas como o aumento da temperatura, o que contribui, entre outros aspetos, para o degelo na Gronelândia.
2. Entre outras, as mais prováveis são: subida acentuada do nível do mar, que implica a inundação das zonas costeiras, algumas delas com grandes cidades e com grandes concentrações de habitantes; esta consequência afetará não somente os seres humanos mas todos os ecossistemas dessas zonas. Outra das consequências previsíveis é o aumento global da temperatura, que conduzirá a secas prolongadas e escassez de água potável, vital para a vida no planeta.
3. A extinção de espécies provocada pelos seres humanos provoca alterações artificiais no curso biológico do processo evolutivo. Há, assim, espécies que se extinguem não pelo resultado de processos naturais, mas pelas alterações forçadas provocadas pelos seres humanos.

Página 166

1. A perspetiva antropocêntrica da ética defende que apenas os seres humanos possuem valor intrínseco e que os animais, as plantas ou a natureza no seu conjunto possuem apenas valor instrumental. Ainda assim, esta perspetiva aceita que preservar a natureza e o meio ambiente é uma questão de justiça para com as gerações vindouras, de modo que aceita a ética ambiental numa perspetiva antropocêntrica, atendendo sempre aos primordiais interesses dos seres humanos.
2. Algo tem valor intrínseco se tem valor por si mesmo e, por isso, merece consideração moral. Alguns filósofos, como Kant, defendem que o ser humano, enquanto ser dotado de uma racionalidade autónoma, deve ser visto como um fim



em si mesmo e não como um meio. Algo tem valor utilitário se constitui um meio para atingir determinado fim. Estas concepções explicam o que são obrigações diretas e indiretas. Possuímos obrigações diretas com os seres humanos, mas indiretas com a natureza. Isto é, temos a obrigação de indiretamente respeitar os seres humanos, respeitando a natureza, não a poluindo.

3. Se poluirmos um rio, por exemplo, desrespeitamos indiretamente os outros seres humanos, já que com a nossa ação pioramos as suas condições de vida. Por essa razão, devemos, segundo a perspectiva da ética antropocêntrica, tratar diretamente bem a natureza já que desse modo estamos a tratar bem indiretamente os nossos semelhantes.

Página 167

1. Significa que mesmo que seja atribuível apenas um valor instrumental à natureza e meio ambiente, ainda assim é do nosso interesse a preservação do meio natural, isto porque está em causa a própria sobrevivência dos seres humanos num planeta que lhes permita ter condições de vida aprazíveis.
2. Desenvolvimento sustentável significa que a exploração que fazemos dos recursos da natureza deve satisfazer as nossas necessidades presentes sem pôr em causa as necessidades das gerações futuras, ou seja, pressupondo que as gerações futuras precisarão das mesmas condições de habitabilidade no planeta e, por via disso, pensa-se que a adoção de políticas de desenvolvimento sustentável assegura essas condições no futuro.

Página 168

1. Primariamente o problema que se coloca é que muitos recursos naturais, incluindo os energéticos, não constituem fontes eternas. Esgotam-se, pois não são renováveis. Nesse sentido, temos de resolver o problema de não gastar esses recursos de forma abusiva hipotecando a vida das futuras gerações no planeta, e, em simultâneo, de procurar fontes de energia alternativas – as chamadas energias renováveis, como a solar ou a eólica – que substituam o consumo de matérias-primas como o petróleo ou o carvão.
2. Trata-se de admitir o princípio do direito igual à satisfação das necessidades básicas. Este é um problema de justiça. Afinal, as gerações futuras de seres humanos têm tanto direito ao planeta como nós temos, razão pela qual temos a obrigação moral de assegurar que os recursos do planeta serão poupados para que essas gerações futuras vivam em condições pelo menos compatíveis com as conhecidas por nós.

Página 169

O aumento da população humana previsível coloca-nos face a um problema. O dilema é o seguinte: ou mantemos o nível de consumo atual, e reduzimos bastante as possibilidades de a médio prazo termos um planeta habitável em boas condições de



vida, ou então reduzimos o nível de consumo de recursos atual, reservando assim a vida habitável em boas condições no futuro. Mas se não somos responsáveis pelo aumento populacional nas gerações futuras, como justificar o dever de reduzir o nosso nível médio de consumo? Afinal, só temos deveres perante quem somos responsáveis.

Página 170

A ideia é que o pensamento moral sobre a natureza não tem de a olhar como um meio para atingir fins, mas sim como um fim em si mesmo. Os recursos naturais e a natureza em geral têm valor intrínseco e não meramente instrumental. Subjacente a este argumento está a ideia de que mesmo que existisse apenas um único ser humano na Terra, tal facto não lhe daria moralmente a hipótese de poder destruir o planeta não considerando ao mesmo tempo os interesses de todos os outros seres vivos e da própria natureza. Isto seria eticamente implausível. Como solução moral, a natureza e os outros seres vivos possuem, ao contrário do que defendem as éticas antropocêntricas, valor intrínseco. Se este ponto de vista moral for verdadeiro, então temos excelentes razões para pensar que temos obrigações morais em preservar a natureza e cuidar dela pelo valor que tem em si mesma e não somente de forma indireta.

Página 171

1. A ideia de que todos os seres vivos possuem valor intrínseco implica uma outra, nomeadamente que todos os seres vivos merecem respeito pelo seu desenvolvimento biológico natural, algo que nos impõe de os considerar sempre que as nossas ações possam interromper ou de alguma maneira colocar em causa o seu ciclo vital.
2. O bem próprio de cada ser vivo é o seu próprio desenvolvimento biológico e o ciclo de vida inerente a esse desenvolvimento. Ninguém tem o direito moral de interromper esse ciclo, alterando as condições do seu desenvolvimento. Segundo esta ideia, temos a obrigação moral de pelo menos não interferir irrestrita e incondicionalmente de forma negativa no ciclo da natureza e no habitat natural dos seres vivos.

Página 172

1. Trata-se de pressupor que os nossos interesses têm maior relevância moral do que os interesses de todos os outros seres vivos. Taylor defende que os nossos interesses só são superiores vistos pelos nossos olhos. Para um ser de uma outra espécie muito pouco do que nos interessa lhes interessa a ele, exceto na medida em que os nossos interesses colidam com os seus. Por essa razão, é partir de um falso pressuposto pensar que apenas os nossos interesses como seres humanos contam.
2. Se todos os seres vivos possuem valor por si mesmos, então não há razões para os tratarmos como se alguns seres tivessem mais valor do que outros e, nessa medida, tivessem direito a ser tratados com mais respeito do que outros. Isto não significa, contudo, que não existam conflitos de interesses. Significa que em caso de conflito



de interesses, os nossos interesses não têm de prevalecer incondicionalmente sobre os interesses das outras espécies e seres vivos. Segundo esta perspetiva, podemos não ter o direito de construir uma barragem destruindo ao mesmo tempo todo um habitat, ou teremos a obrigação de compensar esse ato de modo a anular ou minimizar os danos causados.

Página 174

1. Interesses básicos são aqueles que contam para a realização do próprio bem de um ser, como a preservação da sua existência. Interesses não básicos são todo o conjunto de interesses que estão para além da mera satisfação dos interesses básicos e que numa boa parte das vezes acabam por interferir com interesses básicos de outros seres vivos. Por exemplo, a caça ou a pesca recreativas. Estas atividades não se destinam a satisfazer o nosso interesse básico em sobreviver e põem em causa outros seres vivos.
2. Ser imparcial significa tratar os interesses de todos os seres vivos de forma moralmente igual, não considerando que os interesses de uns seres vivos se possam sobrepor a outros. A obrigação moral de imparcialidade pode ser justificada racionalmente já que se pode estabelecer um conjunto de princípios que assegura condições de igualdade moral.
- 3.

Princípio da autodefesa	Os seres humanos têm o direito da autoproteção, eliminando os organismos que ameacem a sua existência como espécie, isto é, tem direito a proteger a sua vida e saúde.
Princípio da proporcionalidade	Estabelece que os interesses básicos de cada organismo ou espécie possuem sempre mais importância do que os interesses não básicos de outra espécie.
Princípio do mínimo dano	Consiste no princípio de causar o mínimo dano possível aos interesses básicos das outras espécies e procurar sempre alternativas que provoquem o menor dano possível.
Princípio da justiça distributiva	Este princípio aplica-se quando em conflito estão interesses básicos de espécies diferentes. Tal acontece na alimentação humana. Com efeito, é sempre preferível uma dieta vegetariana a uma dieta de carne ou de peixe, entendendo que, decorrente do princípio do mínimo dano, se causa menor dano às plantas do que aos animais.
Princípio da justiça restitutiva	Consiste em restituir os danos causados a outras espécies quando as necessidades humanas básicas tornam inevitável prejudicar as outras espécies.



Página 176

1. A teoria da ética da Terra é devedora do evolucionismo que nos diz que as espécies são o resultado de uma constante modificação pelo processo evolutivo e consequente adaptação dos mais aptos. Assim, qualquer organismo é o resultado de interações bióticas, não evoluindo de forma isolada, mas em função do conjunto de interações biológicas estabelecidas no mesmo ecossistema. A ética da Terra considera que uma ação está certa quando contribui para preservar a integridade dos ecossistemas, integridade de que depende o ciclo vital de todos os seres vivos que dele fazem parte.
2. As éticas tradicionais estão centradas na moralidade do ser individual, ao passo que o holismo está centrado na dos próprios ecossistemas, considerados como entidades coletivas, e não apenas nos interesses particulares dos indivíduos que integram essas totalidades. O que interessa para o holismo é o ecossistema como um todo e as suas respectivas interações.

Página 178

1. Trata-se de uma filosofia ecológica que apresenta um sistema de valores centrado na natureza por oposição às éticas antropocêntricas. Assim, atribui-se estatuto moral aos ecossistemas. A ideia dessa ética encontra as suas raízes na biologia evolucionista iniciada por Darwin e na ecologia. Com base na ideia de que o equilíbrio dos ecossistemas é essencial para a sobrevivência dos indivíduos que os integram, a ética da Terra coloca como imperativo básico a sua preservação.
2. O princípio holístico da ética da Terra não implica que não tenhamos obrigações morais para os que nos são mais próximos. Os defensores da ética na Terra alegam que a defesa de uma ética holística condiciona as nossas obrigações morais com os membros da nossa e das outras espécies, sem colocar em causa as nossas obrigações morais para com os amigos, a família, etc.

Página 180

1. Vamos supor que existe uma comunidade que precisa da construção de uma barragem para gerar empregos e energia elétrica. A construção da barragem traz enormes benefícios para essa comunidade de pessoas. Mas ao mesmo tempo este interesse choca com o interesse de todo o ecossistema da zona de construção da barragem. A construção de um aeroporto é essencial numa ilha como a da Madeira ou as dos Açores, mas ao mesmo tempo interfere em todo o ecossistema natural da ilha. A sua construção não seria moralmente aceitável se colocasse em causa o equilíbrio do ecossistema e conduzisse, por exemplo, à extinção de uma espécie – algo equivalente ao genocídio.
2. Usamos princípios de primeira ordem quando cumprimos os nossos deveres para com as pessoas ou as instituições. Usamos princípios de segunda ordem quando temos de decidir em situações de conflito qual o dever que tem prioridade.



3. Ao combinar dois princípios de segunda ordem, conseguimos estabelecer prioridades entre os princípios de primeira ordem quando estes entram em conflito, gerando um dilema. O primeiro princípio de segunda ordem (PSO-1) é o de que as obrigações geradas pela pertença a comunidades mais veneráveis e íntimas têm precedência sobre as geradas por comunidades que emergiram mais recentemente e que são mais impessoais. O segundo princípio de segunda ordem (PSO-2) é o de que os interesses mais fortes geram deveres que têm precedência sobre os deveres gerados por interesses mais fracos. Sempre que PSO-1 e PSO-2 produzirem vereditos incompatíveis, o veredito de PSO-2 prevalece.

Página 181

1. Em caso de conflito entre obrigações relativas à comunidade biótica e o respeito pelos direitos humanos, o PSO-1 deixa de ser eficaz, pois a comunidade humana é-nos mais próxima do que a comunidade biótica. Por essa razão, torna-se necessário um princípio de segunda ordem, já que os nossos interesses mais chegados (mais pessoais) não respeitarão o PSO-1.
2. Sim, pois o PSO-1* determina que os interesses da comunidade prevalecem sempre em relação aos interesses pessoais. Se estiver em causa o interesse da comunidade, então esse está sempre acima do interesse pessoal, mesmo que em causa estejam determinados direitos humanos.

Página 183

1. Os exemplos do último homem ou do último povo visam mostrar que a ética não pode ser pensada somente com bases antropocêntricas, caso em que seriam éticas chauvinistas. A ética está para além dos interesses dos seres humanos. A ética tem de ser ambiental.
2. Sim, pois se em causa estivessem somente os interesses dos seres humanos, então não haveria mal algum em, nas hipóteses sugeridas do último homem ou do último povo, destruir o planeta sem qualquer consideração pelos outros seres vivos. Esta é a razão que nos faz pensar numa comunidade biótica. Do ponto de vista de uma ética antropocêntrica, destruir o planeta seria moralmente aceitável para o último homem. Já numa ética não antropocêntrica, tal ação é moralmente errada.

Página 184

1. Possuir um bem próprio significa que qualquer entidade pode ser beneficiada ou prejudicada. Assim, possuir um bem é aquilo que engrandece uma entidade. Condições desvantajosas diminuem essa entidade.
2. Por consideração moral Taylor quer dizer que qualquer ser pertencente à comunidade biótica possui um bem próprio e merece que os seus interesses (mesmo que não tenham consciência, como as árvores) sejam considerados moralmente, isto é, objeto dos nossos juízos morais. Ao mesmo tempo, se cada ser é possuidor de um



bem, esse bem deve ser plenamente respeitado e cumprido, pelo que qualquer ação que atrapalhe o desenvolvimento desse bem é moralmente inaceitável. Assim entende-se por valor inerente o valor intrínseco de cada membro da comunidade biótica.

3. O bem de uma árvore deve ser respeitado no seu desenvolvimento. Uma árvore vive e o modo como o seu ciclo vital pode ser prejudicado ou beneficiado não lhe é indiferente, mesmo que não tenha consciência ou conhecimento disso. Pertence à comunidade biótica e deve ser respeitada enquanto membro dessa comunidade. Qualquer ação que prejudique o desenvolvimento do seu bem é moralmente inaceitável. Se a tese de Taylor for verdadeira, se for verdade que todos os seres vivos são dignos de consideração moral, então parece inaceitável que qualquer ação que perturbe o seu desenvolvimento seja moralmente errada.

Página 186

1. Significa que o todo é mais significativo do ponto de vista moral do que a parte. Implica que a responsabilidade e consideração moral é sobre toda a comunidade biótica e não apenas sobre o ser humano. Significa que todas as entidades na terra possuem valor intrínseco.
2. Trata-se do princípio da ética na Terra. Este princípio indica que a Terra e todas as suas formas de vida não são algo que possamos olhar só tendo em vista a utilidade que têm para nós, mas antes como uma comunidade a que pertencemos. Esta é a visão holística da comunidade biótica.
3. Alguns críticos da teoria defendem que só é possível uma ética da Terra se eliminássemos uma percentagem elevada de seres humanos, já que existe uma sobrepopulação na Terra que ameaça o bem-estar da comunidade biótica. Mas isto é falso, pois, segundo Leopold, os deveres que temos para com a comunidade humana não se sobrepõem nem inferiorizam em relação a todos os deveres que temos para com a comunidade global da Terra. Leopold defende que a evolução da própria moralidade tem sucessivamente alargado o leque de entidades merecedoras de consideração moral. Com o fim da escravatura, do sexismo e do racismo, todos os seres humanos passaram a ter a mesma dignidade moral. Com as teorias morais que estendem a ideia de consideração moral aos animais sencientes, a ideia de dignidade moral estendeu-se a muitas espécies animais. A ética da Terra, proposta por Leopold, seria o último passo desta evolução, integrando toda a comunidade biótica no domínio da ética.